

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2014:** *Aos dezassete dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Vereador Dr. António Isidro Marques Figueiredo, Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Hélder Martinho Valente Simões, Dra. Ana Maria de Jesus Silva e Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira.*** =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 9h e 40m.* =====

===== *Não esteve presente na reunião o Vereador **Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares**, falta essa considerada justificada.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereador Dra. Gracinda Leal, que fez a seguinte intervenção: Como é habitual, dar algumas referências e algumas notas de alguns acontecimentos culturais. E queria começar por referir o lançamento e a apresentação do livro do Dr. Carlos Costa Gomes, no passado dia 24 de março, na Universidade Católica, do seu livro “O pensamento bioético de Daniel Serrão: Génesis e fio condutor”. Dizer que, é sempre um orgulho, enquanto Vereadora da Cultura, ver que há pessoas residentes no nosso município que têm também e que gostam da investigação e do estudo literário. Também queria falar e dizer que foi apresentado no dia 15 de abril, na passada terça-feira, o “Programa comemorativo do V Centenário do Foral do Concelho de Figueiredo e Bemposta” e dizer que o programa é um programa basto diversificado que começou a sessão da apresentação no dia 15 e terminará em dezembro também nesse mesmo dia. Versa várias atividades, desde conferências, tertúlias, animação comunitária também com a recriação de vários momentos históricos, com a apresentação de um percurso pedestre, com a elaboração também de um dia de um roteiro de visitas em termos do edificado dos Paços do Concelho e não só, portanto é um programa que, entendemos, feito com a Câmara, com a União das Freguesias,*

com as Associações e com a Escola portanto, á partida contamos com o envolvimento das populações neste momento também de marcar uma data importante que foi para aquele território e para esta zona em geral com o desenvolvimento também da região. Também um outro evento que decorreu entre 11 e 15 de abril mas que, hoje à tarde, terá o seu término com a Gala dos Laureados, refiro-me à IX Edição do Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro Terras de La-Salette. Também dar-vos já algumas notas de que, pela primeira vez, ultrapassamos a fasquia dos 400 concorrentes ao concurso, sendo: 245 de participante na classe de madeiras e 170 na classe de metais. Tivemos 4 países representados. Em termos de Concelhos: 105 Concelhos; o mais representado, e pela segunda vez consecutiva, é o Concelho de Loures. E hoje, então, será o Concerto de homenagem também a todos os concorrentes e também para ouvirmos os mais premiados e os melhores classificados. E por fim, tinha aqui uma nota que era, tranquilizar aqui a Câmara no sentido de que, está assumido pelo Centro Distrital da Segurança Social, o serviço local da Segurança Social na freguesia de Cesar. O local ainda não se sabe se será o mesmo, mas senhor diretor já garantiu que brevemente irá reabrir. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Bom dia, a todos. Senhor Presidente gostava de questionar e começo a achar que esse documento não existe, sobre o estudo da Quaternaire e fica o pedido, nesse sentido, não houve qualquer resposta. Estamos a falar de um documento que custou cerca de 60 mil euros à autarquia e espero que o documento tenha conteúdos muito válidos mas, seria de bom-tom que fosse do conhecimento de todos e, portanto, não gostava de ter de recorrer a outras estâncias para obter essa informação. Uma outra questão Senhor Presidente tem a ver com a Indaqua. Creio que eu já o afirmei quanto tivemos a reunião com a presença do Dr. Eduardo Marques, que é o nome do responsável, nós estamos já em incumprimento da concessão porque a concessão prevê uma comissão de acompanhamento e eu acho que nós a devemos criar desde já. Portanto, pelos vistos, em Santa Maria da Feira essa situação não se coloca, mas eu acho que nós temos de a colocar aqui e faremos questão que ela funcione nos moldes em que está prevista. E portanto, perguntava-lhe para quando essa institucionalização da Comissão? Uma outra questão, Senhor Presidente, também não sei se a autarquia fez alguma das coisas que nós tínhamos aqui previsto, nomeadamente o Senhor Presidente ficou de responder ao Grupo de Trabalho, das infraestruturas de elevado valor acrescentado, sobre a questão da A32 e tentar incluir aquele projeto ao abrigo dos projetos last mile. A versão final do documento não consta esta obra. Não sei se a autarquia fez alguma das coisas que nós tínhamos, nomeadamente alguma pressão e alguma comunicação nesse sentido. Se, sim? Qual foi a resposta? Sob pena de termos ali investimento que vai ficar para muitos anos na situação em que está e eu acho que é prejudicial para o Concelho de Oliveira de Azeméis. Portanto saber se, Autarquia fez alguma coisa, nessa matéria? É só. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo que fez a seguinte intervenção: Muito bom dia. Eu gostava de falar aqui sobre o evento que decorreu recentemente, terminou ontem, na Escola Básica e Secundária de Fajões e que envolveu naturalmente todo o Agrupamento e toda a comunidade escolar e como disse,

terminou ontem com a escolha da escultura mais votada pelo público e que é o concurso com artigos alimentares em latas de conserva – “É Preciso ter Lata”. Esta iniciativa reuniu mais de 6 toneladas de comida para distribuir por 52 instituições de solidariedade social, indicadas pelas escolas participantes. Trata-se de ter reunido mais de 44 mil latas de conserva aplicadas em 22 escultura de grande dimensão concebidas num prazo de 8 horas pelas equipas das escolas que participaram na competição e ainda, por 3 outras equipas convidadas, das quais, uma Escola Superior e duas equipas constituídas por designers e arquitetos. Esta segunda edição contou os padrinhos na edição portuguesa de Fernando Alvim e Ana Galvão, esta, que esteve presentes este ano. Este conceito replica o espírito original da organização norte-americana Construction, que foi criado em 1992, por iniciativa de engenheiros e arquitetos, e já reuniu em todo o Mundo mais de 11 mil toneladas de comida em 150 localidades diferentes. Portanto, eu acho que é uma iniciativa louvável, que, de facto, reúne à volta deste conceito o conceito de solidariedade, que é naturalmente extensível não só à comunidade local como a toda a comunidade e que projeta de alguma forma o espírito solidário desta escola e do município de Oliveira de Azeméis. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto Pereira que disse: Bom dia, a todos, uma vez mais. Algumas questões, aliás são duas questões, que eu queria colocar, Senhor Presidente. Uma delas tem a ver com a colocação de um portão, por um particular, num arruamento em Santiago de Riba-Ul. Esta questão foi abordada aquando da deliberação que tomamos, em julho de 2013, quando atribuímos instalações ao Agrupamento 1089 de Escoteiros de Santiago de Riba-Ul. Eles, portanto, têm um espaço que é um espaço onde exploravam antigamente áreas que foi cedido pelo município e portanto nós fizemos esse protocolo. Entretanto, eles para chegarem a esse espaço têm de fazer um percurso de cerca de 4 quilómetros porque há um arruamento na Rua de Cavaleiros, em Santiago de Riba-Ul, que está, digamos, bloqueado por um portão colocado por um particular. Na altura, o Senhor Presidente ficou em ver como é que essa questão estaria resolvida. A verdade é que passou quase mais de um ano, estamos em abril, finais de abril, e o portão continua no arruamento, não impede só os Escoteiros de chegarem ao local, impede a população de chegar facilmente, por exemplo, a Cucujães. Vê-se facilmente, aliás da IC2, o portão, no arruamento municipal. Senhor Presidente: Quero saber exatamente; Na altura disseram que estavam a tratar. Bom, se o portão continua lá, das duas, uma: Ou está tratado e o portão continua no arruamento impedindo que o público utilize esse arruamento; Ou não está tratado. E portanto era para saber exatamente em que pé é que isso está? Se o Senhor Presidente nos puder informar? Seria o ideal. Se não o conseguir? Era importante que isso fosse rapidamente solucionado para, de facto, ser possível utilizar aquele arruamento não só pelos Escoteiros que, enfim, neste momento, continuam a ter dificuldades de chegar ao local por causa desse, digamos, bloqueio do arruamento, mas por toda a população que utiliza esse arruamento. Uma segunda questão. Uma questão que, por acaso, pensei que a Dr.ª Gracinda iria falar dela. Não falou. Tem a ver, uma vez mais, com um Crasto. Nós somos perseguidos pelos Crastos. E, de facto, ou, então, perseguimos os Crastos. Não sei se há alguma resposta

para isto? A verdade é que, houve uma intervenção, em Cesar, numa zona que é protegida. É um sítio nacional de arqueologia, embora não esteja registado na Direção Regional da Cultura. Mas a verdade é que é um Crasto que é importante na serra do Pinheiro, em Cesar. Esse Crasto, ou o local, foi, portanto, o ano passado houve um incendio, sujeito a um incendio que queimou uma área vasta. Entretanto, o proprietário decidiu fazer plantação de árvores. O que é proibido, enfim, impedido, em termos legais. E a verdade é que estão lá as árvores. O Município foi informado. Julgo que a Dr.^a Gracinda tomou conhecimento desta ocorrência? Pelo menos a informação que tenho, de populares que vivem na zona, de facto, é isso, é que o Município foi avisado. As árvores continuam no local. Aquele local deveria merecer um tratamento em termos arqueológicos, no sentido de recolher materiais fazer um estudo, e, no fundo, valorizar o nosso património arqueológico do município uma vez que, não há escavação mas, há material que foi removido com escavação para fazer as covas para a colocação de árvores. E portanto, Senhor Presidente, Dra. Gracinda, se puder recolher essa informação, em que pé é que esta questão está? É evidente, para mim, há aqui duas coisas que são evidentes: A primeira é que, naturalmente, o proprietário desconhecia provavelmente a situação. Porque se não desconhecer a situação, ainda é mais grave. Mas a segunda questão que, acho que é ainda mais grave, é a continuação da plantação. Das duas, uma: Ou o Município autorizou a plantação. Gostaríamos de saber se, de facto, essa autorização foi dada? Pode ser dada pelo Município, mas sempre com um parecer técnico de um arqueólogo, neste caso o arqueólogo do município. Se, foi dada? Por que razão é que foi dada, uma vez que há estas condicionantes? Se, não foi dada? Por que motivo é que não há uma ação do Município no sentido da remoção das plantas e naturalmente uma triagem para fazer o estudo? Penso que os planos de cultura - na última reunião, falei disso - são importantes naturalmente. Mas nós não podemos deixar de ter ação imediata quando há situações deste tipo que, de facto, suscitam uma intervenção do município e depois naturalmente as pessoas continuam a fazer aquilo que lhes apetece e, o Município, enfim, encolhe quase que os ombros, espero que não seja o caso, mas encolhe quase os ombros e deixa que as coisas aconteçam. Perdemos património que de facto é património de todos e que, enfim, sendo estudado, sendo avaliado. Eu não sou especialista nesta área, mas sei que é possível fazer trabalhos que são importantíssimos na área da arqueologia e no sentido de valorizar locais. Nós, não conhecemos o que é que está lá. Pode até estar lá um espólio enormíssimo em termos de subsolo. E nós, naturalmente, só com a análise daquilo que está removido hoje é que podemos fazer essa avaliação. Pelo menos é o que dizem os técnicos. È o que diz quem estuda esta matéria. Portanto, Senhor Presidente, é saber exatamente em que pé é que estamos aqui? O que é que vamos fazer? O que é que fizemos? E relativamente às árvores. As árvores naturalmente têm de ser removidas, a não ser que tenham sido autorizadas. E, é evidente que se foram autorizadas, saber por que motivo é que foram autorizadas? O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que disse: Bom dia a todos. Só duas breves informações. Em primeiro lugar, dizer-vos que, no domingo passado, realizou-se a segunda fase de demarcação do nosso percurso do Caminho de Santiago de Compostela, agora

numa segunda etapa de Oliveira de Azeméis até ao limite com S. João da Madeira. Portanto, estão neste momento os 17 quilómetros que percorrem o nosso concelho, desse caminho, identificados de acordo com as regras de Santiago e da associação que rege estas matérias. É um percurso que vai desde Albergaria até S. João da Madeira, passando por muitas freguesias, passando pelo nosso Centro Histórico e que teve a participação de muitos oliveirenses de todas as idades e que espero que tenha sido uma forma de também nós abrirmos o caminho à nossa comunidade local, mas essencialmente saber perceber a importância que isso tem também para aqueles que nos visitam e que percorrem esse trajeto. Depois, dizer-vos que, começa, mais uma vez, a Semana Académica da Queima das Fitas, no próximo domingo, com a Monumental Serenata, á meia-noite menos um minuto, na nossa linda Igreja Matriz. Um momento muito simbólico e muito importante para os estudantes, mas também um momento muito bonito que enche aquele local cheio de capas negras e que nos faz ter boas memórias dos nossos tempos académicos. É para mim um dos momentos mais bonitos. A Serenata em Oliveira de Azeméis é claramente um bom exemplo desta semana. E depois, teremos também momentos altos, como o Cortejo Académico, na noite de terça-feira, como o IX Festival (FESTUA) das Tunas Universitárias, na quarta-feira, e culminando, depois no dia 27, com a imposição de insígnias também na Igreja Matriz e a bênção das pastas no próximo domingo no dia 27. Portanto a Queima das Fitas tem sido algo que tem crescido, ao longo dos últimos anos, em termos de adesão da nossa própria comunidade a este espírito académico. É isso que nós temos pedido também á Associação Académica e á Direção das Escolas de que usem estas tradições, estas envolvências para também conviverem com a nossa comunidade local, com o nosso comércio e trazer o espírito da juventude e o espírito academia, do ensino e da formação académica à nossa cidade. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Bom dia, a todos. Algumas notas, alguns pedidos de esclarecimento. Um deles, Senhor Presidente, é sobre um pedido que eu havia feito, numa reunião anterior, sobre a iluminação da Travessa Presa da Cachana, que é junto da minha loja, saber se os serviços técnicos já averiguaram no local a possibilidade de instalação de iluminação pública nessa Travessa. Julgo que isso seria extremamente importante para todos aqueles moradores. Uma outra questão, Senhor Presidente, que eu lhe queria colocar, tem a ver com o estado da rede viária, as intervenções que foram feitas no ano passado. Eu julgo que não estarei a exagerar se disser que, uma boa parte das vias apresenta sinais de degradação que não são comportáveis, digamos, com o esforço que é feito. Portanto, nesta perspectiva, Senhor Presidente, perguntar-lhe o que é que a autarquia está a fazer no sentido de, não sei se será esta a designação correta mas também não é importante, acionar as garantias ou exigir que os empreiteiros reponham as boas condições de transitabilidade que seriam normais face a uma intervenção tão recente. Muito objetivamente, e isto é uma observação que eu faço, é uma observação estritamente pessoal, quando eu vejo uma coisa destas a acontecer e não estou a dizer que isto não aconteça noutros municípios, mas vindo a acontecer noutros municípios teremos todas as razões para questionar a qualidade das intervenções que foram feitas e, portanto, nesse sentido, exigir que os

empreiteiros façam aquilo que lhes compete, que é assegurar a qualidade dos trabalhos que prestam. Senhor Presidente, mais um pedido que é a relação das instituições, este é recorrente, a quem a Câmara Municipal paga a luz e/ou a água. E, também, Senhor Presidente, perguntar-lhe se poderia dar ao Executivo uma breve, enfim, panorâmica sobre o que vai acontecer na reunião de logo com os Presidentes de Junta de Freguesia em termos, digamos, daquilo que serão os acordos de execução. Obviamente que nós entendemos, que isso deve ser discutido com os Presidentes de Junta de Freguesia, mas também achamos que deve ser discutido no seio do Executivo Camarário até, obviamente, seria desejável que noutros fóruns nomeadamente a Assembleia Municipal. Portanto, objetivamente, nós sabemos que vamos falar, já foi aqui dito pelo Senhor Presidente numa reunião anterior, dos materiais, dos meios técnicos, das viaturas, na reafecção de funcionários, enfim, seria importante nós termos possibilidade de perceber o que é que vai ser discutido nessa reunião. Obviamente que, quando estamos a falar de reafecção de funcionários, mais uma vez, chamo a atenção para aquela questão daquele funcionário, ou ex-funcionário, da Junta de Freguesia de Cesar, que foi provisoriamente afeto a um trabalho no Pinheiro da Bemposta e que nunca mais voltou à Freguesia de Cesar, tranquilizando na altura o Senhor Presidente dizendo que isso era uma situação transitória. Aliás julgo que disse, se não me engano, que havia já uma junta (Fajões) interessada nesse funcionário e, portanto, existiria uma solução, a breve trecho, para essa questão. Senhor Presidente, uma outra questão, que é só uma mera informação, é perguntar-lhe se existem desenvolvimentos em relação ao Centro Comercial Gran Plaza, qual é o ponto de situação, já algum tempo que não falamos nisso na reunião do Executivo, perceber se existe algum tipo de desenvolvimento ou se está tudo na mesma em relação à última conversa que tivemos sobre esse assunto. Uma outra questão, Senhor Presidente, que eu acho que faria sentido vermos, por parte do Executivo e julgo que aqui de forma absolutamente pacífica, uma reação em relação à dotação que foi inscrita no IEVA para a requalificação da Linha do Vale do Vouga. Estamos a falar de uma verba de 6 milhões de euros. Só para percebermos, o valor desta verba, na nossa opinião, significa o anúncio do fim da exploração da Linha. Nós sabemos que uma Linha, que tem custos de exploração, em todo o seu trajeto, na ordem dos 2,5 milhões de euros e que gera pouco mais de 1 milhão de euros de receita, obviamente que terá de ser alvo de estudos de viabilidade. Mas, eu participei recentemente, num workshop sobre a Linha do Vale do Vouga e a generalidade dos oradores presentes defendeu a sua requalificação e defendeu a sua manutenção, inclusive apresentaram várias perspetivas sobre a sua viabilidade. Eu julgo que esta é também a posição da Associação de Municípios Terras de Santa Maria e é também a posição dos Presidentes de Câmara cujos Concelhos são servidos por esta infraestrutura. Portanto, Senhor Presidente pedia-lhe que nos esclareça, sobre que medidas é que estão a ser tomadas, não só pela autarquia, mas obviamente se a autarquia as tiver de fazer incluída naquilo que é a posição da Associação de Municípios, o que é a Associação de Municípios está a fazer, porque estes 6 milhões para percebermos a dimensão deste valor, em 2008 a REFER anunciava só para o fecho das 50 passagens de nível e a automatização de outras 80,

necessidades de investimento na ordem de 10 milhões de euros. Portanto, não estamos a falar em mudar a bitola, não estamos a falar em rigorosamente nada, estamos a falar em pegar naquilo que existe e mudar ou conferir condições de segurança à Linha. Só para isso precisámos de 10 milhões, para percebermos que estes 6 milhões de euros, que é aquilo que nós prevemos gastar até 2020, é manifestamente insuficiente e portanto aqui exige uma oposição da Associação de Municípios no sentido de ver se conseguimos inverter esta dotação. Uma outra questão. Esta também uma questão meramente informativa, perceber qual o ponto de situação da intervenção na Feira dos Onze, se existe já alguma perspectiva. Percebemos e sabemos que as obras não avançaram por uma questão de disponibilidade financeira; perceber, se, essa disponibilidade, neste momento, já existe, portanto nós, termos a possibilidade ver aquele espaço requalificado. Uma outra consideração e esta de natureza meramente refletiva, tem a ver com o Cine-Teatro Caracas. Nós aprovamos o Plano Municipal de Cultura, agora faz sentido falar nisso porque ele esteve em fase de apreciação pública e está definitivamente com condições para andar. Mas, obviamente, que nós sabemos, nós precisamos de cultura indoor porque nós temos um clima onde na maioria do tempo chove, digamos assim, temos muitos meses de chuva e poucos meses de bom tempo, digamos que temos mais possibilidades de fazer atividades de interior do que propriamente exterior. E, claro que, esse Plano Municipal de Cultura, terá no Cine-Teatro Caracas um instrumento importante, digamos assim, de realização, de persecução desse Plano Municipal de Cultura. Obviamente que nós sabemos que existe aí um QREN que poderá permitir a sua requalificação. Isso poderá acontecer daqui a dois, três anos, esperemos que mais brevemente, mas poderá não vir a acontecer. A Autarquia já deu um sinal, no passado de que interessa ir requalificando aquele edifício. Eu julgo que nós devíamos continuar a dar esses sinais. Isso passaria por questões que estão ao alcance financeiro neste momento da Autarquia. Obviamente que requalificar aquele espaço, de uma forma profunda, exige um investimento que eu reconheço que se calhar neste momento não é possível, ee calhar existem também outras prioridades, que eu respeito, agora, obviamente que, até naquela linha pensamento que eu referi, da importância deste equipamento na garantia do sucesso do Plano Municipal da Cultura ou pelo menos com muitos contribuintes para esse sucesso, é importante que nós pelo menos ao nível das condições dos próprios funcionários que trabalham num espaço exíguo, sem condições até para receber o público, os artistas, os agentes desses artistas etc. As questões de segurança é que é importante, não tem rigorosamente nada a ver com a requalificação do espaço. Nós devemos perceber se o edifício reúne todas as condições de segurança ao nível de extintores, dos equipamentos de combate a incêndios, ao nível das saídas de emergência, das plantas informativas, dos materiais que são altamente combustíveis, termos esse tipo de preocupações. E depois, obviamente, Senhor Presidente, continuar com esse esforço que já foi feito, julgo eu, numa parte das cadeiras, que já se fez ali alguma intervenção conferindo algum conforto. Mas, procurar, obviamente que se não forem dez filas, são cinco, se não forem cinco, serão três, mas ir progressivamente tentando fazer esse esforço, ou seja, todos os anos procurar melhorar um pouco aquele espaço, no sentido, obviamente, se calhar de

requalificar as cadeiras que lá estão, julgo que foi isso que foi feito numa intervenção inicial e se calhar bem. Portanto nessa perspetiva, procurarmos olhar todos para aquele espaço com mais atenção e procurarmos que nos próximos orçamentos procuremos alocar algumas verbas que permitam algum reforço da qualidade daquele espaço, que é um espaço importantíssimo para todos nós. Mais uma outra questão, esta também só para perguntar. Não sei se é dirigida mais ao Dr. Pedro Marques, não faço ideia, tem a ver com as lojas do Mercado Municipal. Elas parecem um depósito. Nós já tínhamos falado aqui na necessidade de fazer alguma coisa com aquilo. Temos algumas ideias para o espaço. O Dr. Pedro Marques, na altura, disse que estariam a desenhar uma solução para o aproveitamento daquele espaço. Neste momento parece que elas são utilizadas como um pequeno armazém. Já vi lá algumas vezes funcionários da Câmara a tirar bobines, meter bobines, meter materiais, tirar materiais. Aquele espaço é um espaço engraçado, é um espaço interessante e o edifício também é interessante. E, portanto, seria de pensar efetivamente em fazer alguma coisa de diferente para aquelas lojas e, julgo que, se o fizéssemos todos ficaríamos a ganhar, porque aquela zona é realmente uma zona central de Oliveira de Azeméis. Aquelas lojas são pequenas e não exigem um grande investimento e seriam um bom apontamento estético para o Mercado Municipal. Uma outra coisa, Senhor Presidente, eu julgo que também há uns meses atrás falou numa possível solução para a Casa Sequeira Monterroso. Sabermos se já existe alguns contactos de privados interessados no espaço ou se não existe. Senhor Presidente, poder-se-ia agendar para uma próxima reunião, a possibilidade de nós conversarmos sobre a Casa Sequeira Monterroso e visitarmos o local, eu acho que faria todo o sentido, visitarmos o local. Eu vou dizer que faria todo o sentido porque, honestamente, não tenho problema nenhum em reconhecê-lo, eu não conheço nem nunca tive possibilidade de aceder ao interior do espaço. Enquanto Mercantil tive possibilidade de aceder ao edifício, mas nunca tive a possibilidade de contactar com o interior, que dizem que é um interior fantástico. E portanto, se calhar, ali todos, conseguíamos pensar numa solução para aquele espaço e se conseguíssemos uma solução para aquele espaço dávamos uma enorme ajuda à dinamização da rua pedonal. Era só, Senhor Presidente. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: Eu também tenho aqui quatro questões. Uma delas, vou utilizar depois nos esclarecimentos ao Eng.º Joaquim Jorge. Falar sobre a questão da reunião com as Juntas de Freguesia. Naturalmente que essa é uma matéria que nós teremos e vamos discutir aqui também em cima desta mesa, quando eu explicar qual é que é a metodologia a seguir. Gostava só também de fazer uma referência, que julgo que foi importante para o Município, sobretudo numa perspetiva preventiva, o exercício que se fez da Proteção Civil e que envolveu todas as corporações do distrito de Aveiro. Foi feito cá em Oliveira de Azeméis, foi um exercício preventivo, de articulação com todos os meios, a única coisa que esteve a mais foi o nevoeiro e a chuva que fez de fumo. Mas, evidentemente, que o balanço que é feito por parte dos responsáveis máximos, independentemente das questões climatéricas, foi importante perceber a agilização dos meios e a articulação dos mesmos em teatro de operações verdadeiro e real. Tivemos a presença do Senhor Ministro, do Senhor Secretário de Estado, do Diretor Nacional da Proteção

Civil, do Presidente da Liga dos Bombeiros. Foi interessante também que as pessoas se deslocassem cá e percebessem que, pelo menos, estamos a fazer o trabalho de casa, do ponto de vista preventivo. Uma segunda informação, prende-se com a presença do Senhor Presidente da República na próxima terça-feira dia 22. Portanto, eu há bocadinho, quando eu estava a fazer um telefonema, era a pedir para me trazerem cá, porque tinha isso junto à minha documentação mas por alguma razão ficaram no meu gabinete, portanto, era para convidar os Senhores Vereadores a estarem presentes no almoço na próxima terça-feira. O Senhor Presidente da República vai fazer um roteiro pelo país, sobre “Para uma economia dinâmica” e escolheu Oliveira de Azeméis para almoçar com empresários, retribuindo também o tributo ao esforço dos nossos empresários, aliás é reconhecido por todos nós que têm feito e têm contribuído para essa economia dinâmica. Uma terceira nota já agora, vou já dar essa nota, da questão com as Juntas de Freguesia. Nós hoje queremos dar início ao processo dos acordos de execução e há aqui também um trabalho que as próprias Juntas de Freguesia vão ter que fazer. Nós queremos hoje dar-lhes essa nota que é o levantamento de uma série de situações para podermos depois articular e ver aqui com os nossos serviços nas diversas vertentes, algumas que o Senhor Vereador Joaquim Jorge falou, e ainda outras de acordo com a legislação em vigor. Nós hoje queremos dar início formal a esse procedimento, que é aquilo que chamamos procedimento pré-contratual de negociação prévia com as Juntas de Freguesia. Vão cá estar onze das doze, o Senhor Presidente da Junta e S. Roque está fora do país e eu perguntei-lhe se havia algum inconveniente em fazer com os onze e quando ele chegasse fazer com ele e o senhor Presidente da Junta disse que não havia nenhum problema. Portanto, nós vamos dar início a esse procedimento. Eu não tenho ainda, e por isso eu não vos posso dar neste momento, o documento ainda está a ser neste momento afinado do ponto de vista da legislação de enquadramento, mas basicamente é o arranque do processo. Eu, durante a tarde, se calhar antes do início da reunião, logo que o tenha pronto, posso enviá-lo por email. No fundo, aquilo que nós queremos é transferir e pôr no papel aquela parte da legislação toda, portanto, tudo o que é enquadramento, aliás é um dos procedimentos também dos acordos de execução da 75/2013. E portanto, naturalmente que a partir de hoje e se calhar até na próxima Reunião de Câmara podemos inscrever esse ponto na ordem de trabalhos e trocar algumas impressões e recolher sugestões. Este é um processo dinâmico e como é um processo vamos ter que trabalhar bem freguesia a freguesia, porque as freguesias não são todas iguais. Naturalmente que eu espero o contributo do Partido Socialista em sede de Reunião de Câmara e, isso depois também tem que ir à Assembleia Municipal, em sede de Assembleia Municipal. O nosso desejo é construir documentos e acordos de execução onde todos nos possamos rever e todos estejamos de acordo relativamente às matérias que constem nesse mesmo acordo de execução. Quanto às questões, o Vereador Hélder falou no estudo da Quaternaire. Senhor Vereador, eu posso-lhe dizer que não é só o Senhor Vereador que me pede isso com alguma frequência, também eu tenho pedido. Não é desculpa, nem quero que sirva de desculpa, mas quero partilhar consigo essa informação. Como sabe o estudo serviu de base à nossa candidatura à Área de Acolhimento Empresarial. Foi

importante. O estudo serviu de base da documentação à candidatura que deu com que nós tivéssemos um financiamento comunitário de 11.000.000,00€ numa área de acolhimento empresarial, que agora temos que ser capazes de os executar naturalmente e procurar senão todos seguidos, numa segunda fase mas que é importante podermos executar toda essa candidatura. Há por vezes e tendo em conta a documentação que vai para o Arquivo Municipal, depois às vezes, não é fácil, ele está lá e não se perdeu, vou voltar hoje a pedir. Reconheço às vezes uma falta de insistência, se a minha insistência com os serviços fosse tão grande como a sua se calhar já estava resolvido. Mas eu reconheço que também não o fiz e já há algum tempo que não peço o estudo. Há sempre uma situação limite que é ir pedir, por exemplo, à minha Chefe de Gabinete para ir à CCDRN e também lá no arquivo deles das candidaturas poder pegar no estudo, tirá-lo, tirar fotocópias e entregá-lo ao Senhor Vereador. às vezes, a gente tanto procura, é como a agulha num palheiro as vezes apanha logo e as vezes não apanha. Também podemos pedir à Quaternaire uma segunda via, é uma solução. Eles ainda vão pensar é que a gente quer que eles façam outro estudo. Nesta fase, e isto é sempre assim, pré-início de quadros comunitários, o que faltam aí são consultoras a apresentar tudo e mais alguma coisa, a garantir milhões a toda a gente. Quanto á questão da Indaqua, tem razão a comissão de acompanhamento já devia estar criada. Eu próprio também já falei com a Indaqua. Como sabe, eles também têm de indicar uma pessoa, nós também temos de indicar outra e depois haverá um terceiro, mas eu penso que para a semana já estará resolvido. Quanto à questão da A32, foi uma matéria que foi discutida. Eu próprio falei com Secretário de Estado e com o Ministro. Aliás, o Senhor Vereador saberá disso seguramente, os Deputados do Partido Socialista de Aveiro apresentaram um documento sobre rodovias e sobre estas infraestruturas e também não falaram nessa questão. É evidente que é uma questão que nos preocupa, mas o que temos que ter aqui nesta fase, segundo as informações que eu fui recolhendo, são coisas que estejam mais maturadas. Nós podemos dizer: o prolongamento da A32, o aproveitamento daquele viaduto que lá está custou, segundo dizem 30 milhões. Não sei se é, ou não é. Depois é muito difícil também, porque depois é o custo da autoestrada toda, é mais do que um quilómetro que ali está por utilizar. Nós podemos dizer que era bom ligar ao IC2, era bom ligar à A25, mas não temos ainda uma maturação feita relativamente a essa matéria. Eu acho que isso podemos fazer até porque é uma coisa que não vai ser feita, temos a certeza que ela não vai ser feita amanhã nem nos anos seguintes, mas acho que podemos tranquilamente aqui, pelo menos, estarmos de acordo, relativamente a essa opção. Dizer assim: nós defendemos numa primeira fase que a A32 deve ir... até e dizemos até onde. Eu não tenho nenhuma ideia fechada sobre isso, é uma matéria que nós podemos aqui discutir, do ponto de vista estratégico não é uma coisa que a gente vá fazer amanhã, nem ninguém vai fazer. O país não tem condições para continuar aquela autoestrada como estava definido, se calhar nem se justifica uma terceira autoestrada. Isso já é outra discussão. Mas acho que devemos refletir e acho que é importante aquilo que o Senhor Vereador aqui falou e nós aqui próprios podemos tentar ter uma posição conjunta e dizer: Em Oliveira de Azeméis o Executivo Camarário PSD e PS está de acordo relativamente a esta

matéria: A A32 deve prolongar-se até... e dizemos o sítio. E, portanto, fica aqui o desafio para podermos discutir sobre isso. Até podemos tentar ter uma ligação, outro dia também me falaram numa ligação, por exemplo, à nossa Variante para ligar à A29 e à A1, fazer ali uma coisa e aí já era só no nosso Município. Mas repare, Senhor Vereador, com toda a franqueza, é assim: A história do “last mile”, quanto mais se falar nela pior, porque como agora sabe com as coisas da internet, o mundo é global. Eu reagi àquele comentário da porta-voz do Comissário, ou seja, o que aconteceu em Bruxelas não foi o Comissário, nem a Comissão Europeia que disse nada sobre o acordo de parceria Portugal, naquilo que diz respeito ao “last mile”, ou às estradas, concretamente às estradas, foi o porta-voz que disse “Em Portugal não há mais estradas, nem mais um metro de estradas”, disse a Senhora e disse à frente de jornalistas e do Presidente da CCDRN – Prof. Emídio Gomes. E, portanto, nós, no conceito “last mile”, na questão da ligação de Arouca à Feira também passa em Oliveira de Azeméis ali na zona de Cesar. Nós também estamos atentos, já que vai passar também devemos melhorar a mobilidade para o nosso Município. Até a fundamentação desta via é sempre ligação de zonas industriais, não é o desanuiamento da Feira, nem o acesso por via-rápida a Arouca, é ligar pontos industriais. Portanto, esta parte de Cesar torna-se importante porque temos uma fortíssima zona industrial muito exportadora na zona de Cesar. Mas esta é uma matéria que ainda vai demorar algum tempo a acertar, porque não há certezas e o Governo Português tem sido muito prudente sobre essa matéria e o Ministro Poiares Maduro, esteve em Arouca noutra dia, não se comprometeu com nada e foi bastante pressionado a fazê-lo, quer no discurso do Presidente, quer da Vice-presidente, e ele defendeu-se imenso e percebi que não tinha certeza nenhuma de conseguir inserir esta extensão do “last mile” porque, e isso foi transmitido no Concelho Regional da CCDR-N pelo Presidente da Comissão que, pode haver uma orientação Europeia de nenhum país ter direito a fazer estradas. Eu acho muito mau, mas pode haver e aí é que não há “last mile”, nem nada. Há essas situações que ainda estão por resolver, mas vamos estar atentos e vamos procurar encontrar uma solução para essa questão. Mas havemos de ter essa discussão, todos, aqui, em sede de Município. A outra questão também sobre infraestruturas, eu respondo na parte do Eng.º Joaquim Jorge. Só uma referência, que não fiz há bocadinho, ao Concurso de Instrumentos de Sopro. É claramente motivo de satisfação a forma como ele tem decorrido e o aumento permanente de inscrições significa também a mais-valia e o prestígio que o concurso vai tendo já fora da nossa região. A mesma coisa com este projeto do “É Preciso ter Lata” que o Prof. Isidro Figueiredo falou e que tem o seu epicentro em Fajões. Deixem-me dizer-vos que eu senti, na última edição, em Fajões, no passado sábado, todas as pessoas que vêm a Fajões, fora de Fajões e comentam o projeto por um lado questionam-se “Porquê em Fajões?”, mas depois percebem o envolvimento de toda a comunidade. Todos querem que o projeto cresça de uma forma diferente de como ele tem crescido, passo a passo. E já agora dar-vos essa nota: Eu disponibilizei apoio logístico, jurídico ao Prof. Denis Conceição, que é o coordenador do projeto do Município de Oliveira de Azeméis, ou seja, eles vão ter que se estruturar para continuar a ter aquele projeto ou seja, estas coisas começam todas de pequenino mas depois vão

crecendo e portanto, é preciso agora do ponto de vista jurídico, é preciso do ponto de vista logístico, é preciso um conjunto de coisas. Nós queremos acarinhar o projeto e queremos que o projeto continue a ser em Fajões. Eu julgo que ficou mais ou menos definido que assim seria, mas temos de estar sempre atentos. É um excelente projeto, é verdade, porque envolve toda a comunidade escolar que tem responsabilidade social, apoia as IPSS, mexe com os alunos, com os alunos de todo o país. Duplicou o número de projetos de um ano para o outro. É muito interessante. O objetivo era chegar às 5 mil toneladas de alimentos e chegaram às seis mil toneladas, que vai ser mais. Hoje cada pessoa já deve saber: Cada pessoa que ia lá ver tinha que levar mais uma lata. É uma coisa muito interessante. Quanto à questão do Prof. Manuel Alberto, eu confesso que me recordo da questão do portão que me falou, mas como mais ninguém voltou a falar pensei que o assunto estava resolvido. Eu vou ver verdadeiramente o que é que se passa. Na altura, lembro-me que foi perguntado isso mesmo, ainda ao Presidente da Junta de Santiago, ainda não havia a União das Freguesias, e também aos serviços da Câmara. Temos de verificar o que é que verdadeiramente se passa sobre essa matéria. Quanto à questão do Crasto de Cesar, deixe-me dizer que como o Senhor Vereador reconhece e percebe há questões que nós só nos apercebemos delas através de uma denúncia, de uma carta, de uma nota. É o que se passou precisamente sobre essa matéria. Foi isso mesmo, ou seja, nós mal fomos confrontados com essa situação acionamos os nossos mecanismos e aquilo que estava ao nosso alcance. E eu vou pedir à Senhora Vereadora Gracinda Leal que possa explicar o que está a ser feito, o que foi feito, relativamente a essa matéria. Quanto à questão daquele pedido de iluminação que o Senhor Vereador Joaquim Jorge falou, ela foi pedida à EDP, mas a EDP, é aquela coisa, temos de esperar alguns dias. Aliás, eu ontem mesmo pedi ao Chefe de Departamento, que é quem faz a ponte com a EDP, se conseguia resolver até ao final da próxima semana um conjunto de coisas complicadas que temos para resolver com a EDP e que nos estão a atrasar até candidaturas comunitárias. Quanto à questão da rede viária, Senhor Vereador, eu volto a dizer que já foram feitas reuniões de trabalho com os nossos técnicos e com os técnicos da empresa que fez a pavimentação. Há evidentemente muitas responsabilidades do temporal, não podemos dizer que não há porque há, mas não é razão para tudo. Há sítios onde a reposição do pavimento foi feita de forma diferente de outros, ou seja, nalguns sítios foram feitos alguns remendos, noutros sítios foi feito caixa. E não deixa de ser estranho que nalguns sítios até onde tenha sido feito caixa também tenha problemas. Está a ser tratado e vamos naturalmente acionar essas situações. Quanto à questão das Juntas de Freguesia, já dei essa explicação e depois dizer também que isso vamos discutir aqui em sede de Câmara Municipal. A questão do funcionário mantém-se, não no Pinheiro da Bemposta mas a nível geral. Estamos a aguardar, já que vamos mexer nisto e não mexer pontualmente. Dizer que foi efetivamente a Junta de Freguesia de Fajões que solicitou os serviços desse mesmo funcionário. Quanto á questão da Linha do Vale do Vouga. Aqui a explicação não é a mesma que eu acabei de dar à questão do Vereador Hélder Simões. Foi importante a Linha do Vouga estar inscrita no Plano, é importante, ela lá estar. É evidente que o dinheiro que lá está não chega para aquilo que é

desejável. Aliás, eu julgo que os Senhores Vereadores não devem ter esse documento, mas eu vou arranjar-lo, que é um documento interessante feito pela Faculdade de Engenharia do Porto, na Área Metropolitana, onde mostra as potencialidades da linha de Oliveira de Azeméis/ Espinho e Espinho/ Porto. O Senhor Secretário de Estado e o Senhor Pires de Lima sempre disseram também que os valores que estão nestas infraestruturas (nas 59 infraestruturas) são valores de referência e depois há sempre mais recursos vindo dos privados, o que neste caso pode existir, porque é uma concessão e, portanto pode haver, no caderno de encargos da concessão uma parte que diga que é para investimento do privado e que o privado tem que investir até ao ano x na requalificação. É verdade que o estudo é um estudo muito bem feito, muito interessante, mas aponta para os 60 milhões. O Senhor Vereador falou na questão do Entre Douro e Vouga, mas esta foi uma situação também defendida na discussão pública pela Área Metropolitana do Porto, porque os municípios do Entre Douro e Vouga entenderam que este investimento era importante. Quanto à Feira dos Onze, logo que a situação financeira permita daremos início ao procedimento concursal. Não é uma obra muito complicada, mas também era impossível de fazer com o tempo que tem estado. Aliás, vamos discutir na ordem de trabalhos a questão da La-Salette, porque efetivamente estar a mexer em terras com esta chuva toda é bastante complicado. O Cine-Teatro Caracas, Senhor Vereador, no atual quadro comunitário de apoio como sabem nós não sabemos quanto dinheiro vai haver, nem ninguém sabe, mas se houver nós estamos prontos para ir a jogo e já manifestamos essa vontade à Comissão de Coordenação da Região Norte, nós vamos concorrer e queremos naturalmente que a nossa candidatura seja aprovada. No caso de não haver essa possibilidade, de abrirem avisos para outras coisas que não questões culturais, nós sabemos que no próximo quadro comunitário Portugal 2020 vai haver, portanto os primeiros têm sempre essa vantagem e nós estamos preparados para sermos os primeiros a concorrer. Mas, posso dizer que neste momento em cima da mesa temos a análise técnica e também financeira para uma situação que a Senhora Vereadora tem insistentemente pedido para ser resolvida que vai ao encontro daquilo que o Senhor Vereador estava a dizer nas condições de acomodação e conforto dos espectadores, dos clientes se assim podemos tratar, que é a questão do ar condicionado, a climatização, o frio no inverno e o muito quente no verão. Nós estamos a procurar encontrar uma solução, que tem que ser sempre uma solução provisória, mas uma solução que sirva para o futuro no caso de entrarmos em obras rapidamente, para que não se encostem as torres do ar condicionado num sítio qualquer, portanto, que possam ser colocadas em outro sítio, ou em serviços municipais, ou em freguesias, porque nós temos infraestruturas espalhadas pelas freguesias em termos de auditórios, alguns com ar condicionado, outros sem ar condicionado. Uma coisa que possa ser depois utilizada noutra sítio. A questão do Mercado Municipal, a questão das lojas é num plano, mas depois lá dentro também nós já temos ideias concretas relativamente a algumas alterações que têm de ser feitas e temos já, finalmente, um projeto que se calhar, Senhor Vereador, na próxima reunião podemos trazer para partilhar com os Senhores Vereadores. Nós temos uma solução para resolver aquele problema que o Senhor Vereador falou, não o das lojas, mas

aquele descoberto. Nós já temos uma solução, só que lá está, são soluções técnicas, ou é mais em bico, ou menos em bico, mas não pode é fugir daquela linha que lá está. Mas, se calhar, eu pedia ao Vereador Pedro Marques que ele na próxima reunião pudesse trazer isso para nós discutirmos e podermos avançar com isso. Para fazermos a reestruturação do Mercado, vai ter que ser feita por fases, mas estamos preparados para a fazer. Quanto à Casa Sequeira Monterroso, eu acho que é interessante visitar a Casa, portanto, está aceite o desafio, se calhar um dia ou no início de uma reunião, ou no fim da reunião. Eu não queria falhar, mas julgo que a última pessoa surpreendida com a Casa foi a Senhora Vereadora Gracinda Leal. Ficamos surpreendidos com a casa. A Casa tem um potencial enorme, mas naturalmente que precisamos de encontrar as verbas para fazer a sua requalificação, requalificação que a própria rua tem vindo a sofrer de dinamização do próprio comércio. Hoje abre lá uma nova loja comercial. Aliás, tinha sido o prémio, tinha sido um projeto que foi candidatado ao concurso que nós promovemos aqui no âmbito da Câmara Municipal. Temos conhecimento também onde funcionava no passado o Art Club, também está a ser ultimado um projeto naquela área para voltar a abrir. Portanto, aquela rua vai tendo vida, o que é importante e naturalmente é desejo de todos. Agora dava a palavra À Senhora Vereadora Gracinda Leal para dar algumas explicações e se for necessário também depois até poder preparar um dossier com tudo foi o que já foi feito. No uso da palavra a Vereadora Dra. Gracinda Leal disse: Eu tive conhecimento dessa situação, dessa ocorrência, via email e logo de imediato reencaminhei esse email e pedi para o Serviço de Museu e Arqueologia se deslocar ao local. Foi feita essa visita, foram recolhidos vários materiais. Neste momento também já foi reencaminhada toda a documentação, em suporte de fotografia e a informação técnica, à Direção Regional da Cultura do Norte, que é a entidade que tutela. Estamos até ao momento a aguardar orientações dessa entidade. Sei também da entrada de auto de notícia por parte da GNR e está a seguir os trâmites normais. Está ser devidamente acompanhado. Sei que não houve mobilização de solos. Houve realmente abertura de buracos e que mostram realmente alguns materiais. Estamos neste momento a aguardar orientações por parte da tutela. =====

===== ORDEM DO DIA (ARTº 87º) =====

===== DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS: *Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias três e dezasseis corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== **APROVAÇÃO DE ATA:** *O Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro colocou à votação a ata número 15, a qual foi aprovada por unanimidade.* =====

===== **EDUCAÇÃO** =====

===== **APROVAÇÃO DO PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2014/2015 E RATIFICAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO DIA 08/04/2014 (I/32753/2014):** *Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. Que os municípios dispõem de atribuições nos domínios dos transportes e comunicações, bem como na educação (artigo 23º, nº2, alíneas c) e d) do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro); 2. Que compete à Câmara Municipal, no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente, assegurar, organizar e gerir os transportes escolares (artigo 33º, nº1, alínea gg) do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e Decreto-Lei nº299/84 de 5 de setembro e posteriores alterações); 3. O enquadramento legislativo dos transportes escolares criado pelo Decreto-Lei nº 299/84 de 5 de setembro e da ação social escolar decorrente do Decreto-Lei nº399-A/84 de 28 de dezembro e do Decreto-Lei nº55/2009 de 2 de março; 4. Que em cada município deverá ser organizado um plano de transporte escolar, conjugando e complementando a rede de transportes públicos e os planos de transportes aprovados para a região, de acordo com a procura efetivamente verificada em cada ano letivo (artigo 4º do Decreto-Lei nº 299/84 de 5 de setembro e posteriores alterações); 5. As competências do Conselho Municipal de Educação (CME), de acordo com o Decreto-Lei nº7/2003 de 15 de janeiro, nomeadamente em matéria de coordenação da política local e de apresentação à Câmara Municipal de propostas de melhoria da qualidade da educação a nível concelhio; 6. Que o CME reuniu no dia 8 de abril de 2014, tendo aprovado a ata da Comissão de Transportes e o Plano de Transportes para o ano letivo 2014/2015. Propõe-se: - A ratificação das propostas do CME, nomeadamente no que concerne aos transportes escolares, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - A aprovação do Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2014/2015, para constituição do processo de planeamento e comparticipação financeira a enviar às entidades competentes.” No uso da palavra o Vereador Dr. Isidro Figueiredo disse: À semelhança do que tem acontecido nos anos anteriores, é um processo que temos sempre acompanhado no órgão executivo. Este processo começa com a criação de uma equipa dentro do Conselho Municipal de Educação que recolhe naturalmente as propostas e aquilo que é desenvolvido no interior dos agrupamentos, estudo que constitui o plano de transportes e depois submete à aprovação do Conselho Municipal de Educação, que redige uma ata onde consta as questões relativas ao plano de transportes, que agora é submetido ao Órgão Executivo e depois à Assembleia Municipal. Dados os valores envolvidos terá de ser submetido a visto do Tribunal de Contas. Estamos a falar de garantir os transportes aos nossos alunos no âmbito do município de Oliveira de Azeméis, em regime de concessão de carreiras públicas e*

complementadas com carreiras próprias, enfim com transporte da Câmara Municipal. Estamos a falar de garantir nos termos que a Lei prevê, mas vamos muito além daquilo que a Lei prevê, ou seja, nós estaríamos apenas obrigados a garantir transportes aos alunos que frequentem uma escola que não tendo cantina tinham direito a transporte de três quilómetros, tendo cantina quatro quilómetros, mas nós garantimos mais do que isso, na medida em que consideramos alguns percursos perigosos e isolados e dessa forma esses alunos têm de alguma forma a garantia do transporte assegurado pelo município. O processo tem vindo a registar algum decréscimo em termos de investimento no que diz respeito ao histórico de anos anteriores. Nós estamos a falar de um plano que para este ano prevê, incluindo os transportes oferecidos pelo município, o valor de mais de oitocentos mil euros e ao regime de concessão será à volta dos setecentos mil euros. Há aqui alguma margem de segurança, até porque nós não sabemos se os valores dos transportes podem aumentar, se haverá algumas questões que devem ser tidas em conta e que nós não prevemos, de qualquer maneira fica aqui o registo de que de facto ao longo dos anos os custos têm vindo a diminuir, também por força, obviamente, de que temos maior eficiência no que diz respeito ao controle e distribuição dos passes escolares, mas também porque tem vindo a diminuir o número de alunos a transportar. Só para terem uma noção, em termos de despesa efetiva realizada com transportes às empresas que têm essa concessão, no ano 2010/2011, realizamos uma despesa de setecentos e vinte e cinco mil euros; em 2011/2012, seiscentos e noventa e cinco mil euros; em 2012/2013, seiscentos e trinta mil euros e é natural que esta despesa efetiva ainda possa diminuir. É este o plano que nós temos aqui para vos apresentar e aprovar conforme se prevê em termos legais. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto Pereira que disse: Senhor Presidente, uma declaração prévia, não gostaria que esta minha intervenção e a discussão deste ponto fosse considerada a abertura de um caso, até porque tivemos aqui no início deste mandato questões relacionadas com o transporte de alunos e eu gostaria de não alimentar essas questões. Nós concordamos genericamente com o plano, estamos a falar de um investimento que é significativo, estamos a falar de cerca de oitocentos mil euros, de facto é um investimento que nós achamos que é extremamente importante. Nós estamos num concelho que de facto se há concelho que precisa estrategicamente de pensar na mobilidade dos jovens, estudantes, crianças e jovens que estudam, é o nosso concelho porque tem dezanove freguesias, as uniões não esbateram a distância entre as localidades e a verdade é que nós temos uma situação que o Prof. Isidro Figueiredo descreveu como tendo vindo a melhorar e de facto há algumas melhorias, mas na maior parte dos casos tem havido uma diminuição do número de alunos, particularmente de algumas freguesias mais distantes que continuam a procurar concelhos vizinhos para resolver os problemas que têm. A reorganização dos agrupamentos, do nosso ponto de vista e nos criticamo-la na altura e não vou voltar a ela, foi uma reorganização que poderia eventualmente ter esbatido alguns destes problemas, não interessa, está o que está, mas a verdade é que nós temos um conjunto de alunos que estão a deslocar-se de zonas afastadas das secundárias e de escolas que têm ensinamentos de vários níveis e os pais precisam de saber o

conforto de que podem ter os seus filhos a ser transportados. Esse esforço nem sequer é do município. Como nós estamos a falar de verbas que são transferidas do Orçamento de Estado, ou seja, nem sequer estamos a falar de um esforço nosso, portanto é dinheiro que é do país, é um investimento, mas se nós estruturamos bem é um bom investimento, conseguimos resolver um problema, os pais ficam satisfeitos, nós ficamos satisfeitos e naturalmente o município fica com uma referência de que presta um bom serviço. Esta é uma parte importante, o investimento é forte, nós temos questões que têm a ver com a articulação dos transportes e com a satisfação dos encarregados de educação dos alunos, no sentido de chegarem a horas e de saírem das escolas e fazerem as viagens em conforto é importante. Eu gostaria, o Prof. Isidro não referiu essa questão, de saber exatamente em concreto sobre os circuitos especiais, ou seja, são poucos, nós sabemos que são feitos pelo município na maior parte dos casos dos alunos com necessidades especiais de mobilidade e em algumas zonas, no jardim-de-infância de Ossela e, portanto, se estão aqui previstos. No entanto, não houve referência ao que foi feito, se houve alguma alteração ou se não houve, se houve alguma discussão ou se não houve no Conselho Municipal de Educação no sentido de dar resposta àquilo que é o transporte de cerca de, estamos a falar da zona de S. Martinho da Gândara, do Alto do Adão, vinte e seis crianças do 1.º ciclo para Loureiro e para escolas que oferecem ensino para crianças com menos de doze anos. Porquê? Porque de facto houve a reclamação de uma munícipe que na altura fez a reclamação, mas o circuito de carreira pública, como são quase todos os circuitos, que não obriga ao acompanhamento das crianças por parte de vigilantes e, portanto, eu gostava de saber se esse assunto foi discutido e se de facto vamos manter essa situação, porque eu acho que é um erro que deve ser corrigido agora, mas eu gostava de saber se esse assunto foi debatido e depois terei aqui uma outra observação se for pertinente. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo que disse: Eu posso acrescentar aquilo que eu já respondi noutras circunstâncias. Este assunto não foi debatido porque não é uma preocupação do Conselho Municipal de Educação, no sentido de todos termos percebido que as condições de transporte que são feitas em carreiras públicas pertencem à empresa que faz o transporte, essa já foi uma questão que nós já aqui discutimos. É uma questão que embora eu perceba a preocupação relativamente às condições de segurança, mas não pode o município e o Conselho Municipal de Educação substituir-se a quem tem o dever e o poder de fiscalizar essa matéria, portanto, se utilizam cintos ou se não utilizam, se têm cadeiras ou se não têm, essa é uma questão que obviamente nós podemos denunciar a quem de direito, nomeadamente às autoridades e entidades competentes, mas não nos compete a nós substituir-nos às autoridades. É o que se passa no município de Oliveira de Azeméis como é o que se passa em todos os municípios deste país. As questões de segurança são sempre de ter em conta quer no nosso transporte particular como nos transportes que nós utilizamos nos transportes públicos. As regras que se aplicam são aquelas que devem ser aplicadas pelas empresas que têm essa garantia de transporte e compete autoridades fiscalizar. Esse é um assunto que nós já discutimos aqui e eu mantenho aqui. O Senhor Presidente concedeu novamente a palavra ao

Vereador Dr. Manuel Alberto que disse: *Eu acho estranho que uma questão que tenha merecido uma reclamação formal por parte de uma munícipe não tenha sido inclusivamente discutida sequer, estou a falar concretamente, porque acho que era uma obrigação de um Vereador que tem a responsabilidade de um pelouro pelo menos partilhar com quem discute estes assuntos. O Vereador Dr. Isidro Figueiredo disse: Peço desculpa mas este assunto foi discutido na altura em que foi ele foi colocado e a abordagem de todos os conselheiros foi unânime relativamente a esta matéria. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **MINUTAS DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR COM O GRUPO CULTURAL E RECREATIVO DE OSSELA, GRUPO DESPORTIVO DE S. ROQUE, ATLÉTICO CLUBE DE CUCUJÃES E CLUBE DESPORTIVO DE LOUREIRO (I/32421/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: *“Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto, (alíneas e) e f) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro); - Que o desenvolvimento de atividades nesse âmbito destinadas às camadas mais jovens, traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos, criando espírito de grupo e vivência mais saudável; - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Que nos termos do n.º 3 do art.º 46º (Apoios Financeiros) da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro: ”3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;” - Que os encargos resultantes dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo estão suportados em termos orçamentais, com compromisso de fundo disponível n.ºs 2164, 2165, 2166 e 2167 de 2014, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, proponho: A aprovação das minutas de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com o Grupo Cultural e Recreativo de Ossela; Grupo Desportivo de S. Roque; Atlético Clube de Cucujães e Clube Desportivo de Loureiro, nos termos das disposições legais e fundamentos atrás invocados.”* Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **UNIVERSIDADE SÉNIOR DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS (I/31174/2014):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: *“De acordo com o disposto no art.º 7º do*

Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cine-Teatro Caracas, e considerando: - Que o espaço se encontra disponível nas datas requisitadas; - Os fins artísticos, educacionais e de lazer da iniciativa; - A importância que este evento representa para a entidade requisitante e para a pessoas envolvidas, proponho: - A cedência do Cine-Teatro Caracas Universidade Sênior de Oliveira de Azeméis, com isenção de taxa de locação, no dia 27 de junho de 2014.”Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS (I/31191/2014): *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com o disposto no art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cine-Teatro Caracas, e considerando: - Que o espaço se encontra disponível nas datas requisitadas; - Os fins artísticos, educacionais e de lazer da iniciativa; - A importância que este evento representa para a entidade requisitante e para a pessoas envolvidas, proponho: - A cedência do Cine-Teatro Caracas à Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis, com isenção de taxa de locação, no dia 21 de junho de 2014.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== COM PASSOS – ACADEMIA D’ARTES - PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS (I/31172/2014): *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com o disposto no art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cine-Teatro Caracas, e considerando: - Que o espaço se encontra disponível nas datas requisitadas; - Os fins artísticos, educacionais e de lazer da iniciativa; - A importância que este evento representa para a entidade requisitante e para a pessoas envolvidas, proponho: A cedência do Com Passos - Academia d’Artes com isenção de taxa de locação, nos dias 26 e 28 de junho de 2014.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== FINANÇAS E CONTABILIDADE =====

===== AUTORIZAÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE TERRAS DE SANTA MARIA (AMTSM) (I/32811/2014): *Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com a Deliberação tomada na reunião do Executivo de 31/08/2007, submeto as Transferências a efetuar para comparticipação nas despesas da AMTSM, evidenciadas nas seguintes Faturas: Fatura nº 29/2014: 3.969,65€ - Transferências Correntes de Fevereiro de 2014; Fatura nº 30/2014: 31,49€ - Transferências de Capital de Fevereiro de 2014; Fatura nº 39/2014: 833,30€ - Transferências Correntes relativas a funcionamento do CIAMTSM de*

Fevereiro de 2014; Fatura nº 44/2014: 14.943,20€ - Transferências Correntes - STAR (Sistema de Tratamento de Águas Residuais) de Fevereiro de 2014; Fatura nº 49/2014: 9.747,54€ - Transferências Correntes - STAR Revisão de Preços Provisório de Janeiro e Fevereiro de 2014; Fatura nº 54/2014: 4.418,52€ - Transferências Correntes de Março de 2014; Fatura nº 61/2014: 500,56€ - Transferências Correntes relativas a funcionamento do CIAMTSM de Março de 2014. Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromissos de fundo disponível os nºs 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2154 e 2155 de 2014, conforme determina a Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== PASSEIO DOS IDOSOS 2013 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO (I/31225/2014): Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As anteriores deliberações do órgão executivo, no âmbito da concessão de apoio financeiro à realização do Passeio dos Idosos; - Que compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”; e ”apoiar atividades de natureza social, cultural, ou outra de interesse para o município” - al. j) do art.º 25º conjugado com al. u) do nº 1 art.º 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro; - Os documentos remetidos pela União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail; Juntas de Freguesia de Cucujães, Macieira de Sarnes e Cesar e União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, dentro do prazo estabelecido e satisfazendo os critérios, proponho: 1 - Que seja concedido um apoio financeiro para o Passeio de Idosos realizado em 2013, às Freguesias acima mencionadas, no total de € 13 010,00 (treze mil e dez euros), conforme abaixo discriminado:

<i>Freguesias</i>	<i>Data</i>	<i>Local</i>	<i>N.º Idosos Idade >=65 anos</i>	<i>Valor Despesa</i>	<i>Apoio a atribuir</i>
<i>União Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail</i>	<i>06/09/2013</i>	<i>Viana Castelo</i>	<i>139</i>	<i>€ 3 671,81</i>	<i>€ 1.390,00</i>
<i>Cucujães</i>	<i>07/09/2013</i>	<i>Braga - Sameiro</i>	<i>709</i>	<i>€ 23 240,00</i>	<i>€ 7.090,00</i>
<i>Macieira de Sarnes</i>	<i>14/06/2012</i>	<i>Lamego</i>	<i>129</i>	<i>€ 3 000,00</i>	<i>€ 1 290,00</i>
	<i>12/06/2013</i>	<i>Miranda do Douro.</i>	<i>128</i>	<i>€ 3 999,99</i>	<i>€ 1280,00</i>
<i>União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz</i>	<i>22/05/2013</i>	<i>Nazaré/Fatima</i>	<i>97</i>	<i>€ 950,00</i>	<i>€ 950,00 €</i>
<i>Cesar</i>	<i>30/05/2013</i>	<i>Batalha</i>	<i>101</i>	<i>€ 1 319,59 €</i>	<i>€ 1.010,00 €</i>

2 – Que o pagamento dos valores mencionados para cada Freguesia seja disponibilizado em Junho de 2014; 3 – Os encargos resultantes da presente deliberação serão satisfeitos pelo orçamento, nas correspondentes classificações orgânica e económica, com compromissos de fundo disponível os nºs 2133, 2134, 2135, 2136 e 2137 de 2014, conforme determina a Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro. 4 - Que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CRIAÇÃO DE FUNDO DE MANEIO PARA DESPESAS DE COMUNICAÇÕES (I/32975/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com o disposto no ponto 2.3.4.3 das considerações técnicas do POCAL - Dec. Lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro, procedimentos estatuidos na norma dos Fundos de Maneio aprovado no Plano Global de Gestão de Riscos do MOA e ainda nos termos do art.º 10.º do DL nº127/2012 de 21 de Junho, remeto para aprovação do Órgão Executivo a constituição do seguinte Fundo de Maneio: - Despesas com Comunicações (classificação económica 02020901), no valor de 100€ mensais, sob a responsabilidade da Dra. Dores Costa. O nº de compromisso de fundo disponível é o 2168/2014, conforme determina a Lei nº8/2012 de 21 de Fevereiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PATRIMÓNIO** =====

===== **PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES CELEBRADO COM A LIGA DOS COMBATENTES – REVOGACÃO (I/31856/2014):** Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - O protocolo celebrado em 27 de setembro de 2012, com a Liga dos Combatentes de Oliveira de Azeméis, para utilização da fração correspondente ao quinto esquerdo do prédio em regime de propriedade horizontal, sito na Avenida Dr. Albino dos Reis, n.º 23, nesta cidade de Oliveira de Azeméis, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1847, para instalar os seus serviços; - Que à presente data os pressupostos que originaram a celebração do referido protocolo, já não se verificam, proponho: - A revogação do citado protocolo, com efeitos a partir de 30 de abril do corrente ano, nos termos e fundamentos expostos; - Que posteriormente se comunique à Liga dos Combatentes de Oliveira de Azeméis.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO** =====

===== **ALTERAÇÃO DOS PLANOS DE URBANIZAÇÃO DAS ZONAS INDUSTRIAIS DE LOUREIRO E DE NOGUEIRA DO CRAVO/ PINDELO (I/30687/2014):**

Do Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: a) que se aproxima o prazo para revisão dos planos de urbanização das zonas industriais de Loureiro e de Nogueira do Cravo / Pindelo, como previsto nos regulamentos publicados nos Diário da República, 2ª Série, números 132 de 10/07/2009 e 99 de 21/05/2010, respetivamente; b) que a “revisão” necessária decorre da evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que lhes estão subjacentes e que fundamentam as opções definidas no plano, e que por tal se enquadra num procedimento de alteração, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 93º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT); c) que importa corrigir alguns parâmetros urbanísticos em função da experiência que a prática de gestão urbanística permitiu aferir, nomeadamente o cálculo dos parâmetros de estacionamento em função da área bruta de construção, por exemplo, bem como homogeneizar a gestão urbanística concelhia em função das disposições do Decreto Regulamentar n.º 9/09; d) que as alterações a introduzir não se traduzirão em efeitos significativos no ambiente, de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 232/07, de 15/06; e) que o prazo de três anos sobre a entrada em vigor dos planos se encontra cumprido, para verificação do requisito previsto no n.º 1 do artigo 95º do RJIGT. Proponho que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 96º conjugado com o n.º 1 do artigo 74º e n.º 9 do artigo 77º do RJIGT, e da competência previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/13, de 12/09, seja deliberado: 1. o início do procedimento de alteração dos planos de urbanização das zonas industriais de Loureiro e de Nogueira do Cravo / Pindelo, tendo por termos de referência o disposto nas alíneas b) e c) dos considerandos; 2. que o procedimento de alteração dos planos não esteja sujeito a avaliação ambiental; 3. um período de participação preventiva de 15 dias úteis.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== DESAFETAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO NA RUA DA VIDIGUEIRA, FREGUESIA DE LOUREIRO – ALTERAÇÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 11/94 (I/30963/2014):

Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando o exposto no I/21940/2014, e os elementos constantes na flh 85 do PI/7740/2013 (E/9260/2014), proponho que, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/13, seja remetida para deliberação da Assembleia Municipal a proposta de desafetação do domínio público municipal de 27 m2 na Rua da Vidigueira, e aceitação da reconfiguração e ampliação de área cedida para domínio público na Rua do Freixo em 16,9 m2.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com o voto contra da Vereadora Dra. Ana de Jesus, aprovar a proposta apresentada. =====

===== EMPREITADAS =====

===== EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO NÚCLEO CENTRAL HISTÓRICO DO PARQUE DE LA-SALLETTE” – DIRETOR DE OBRA (I/32039/2014):

Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/31377/2014, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho a aprovação do técnico, Eng.º José Joaquim Guimarães Coelho, indicado pelo empreiteiro adjudicatário para diretor de obra da empreitada "Requalificação do Núcleo Central Histórico do Parque de La-Salette" - Processo nº 009/2012/DME.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO NÚCLEO CENTRAL HISTÓRICO DO PARQUE DE LA-SALLETTE” – SEGUNDA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO, PLANO DE TRABALHOS E PLANO DE PAGAMENTOS (I/32309/2014):**

Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/32231/2014, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho a aprovação da segunda prorrogação do prazo de execução da empreitada "Requalificação do Núcleo Central Histórico do Parque de La-Salette" - Processo nº 009/2012/DME, a título gracioso, por um período de (73) setenta e três dias, passando a data limite para a conclusão da obra a ser 04 de julho de 2014. Proponho, também, a aprovação do plano de trabalhos e respetivo plano de pagamentos apresentados pelo empreiteiro e ajustados à referida prorrogação, documentos estes que ficam igualmente arquivados em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO NÚCLEO CENTRAL HISTÓRICO DO PARQUE DE LA-SALLETTE” – AUTO N.º 06 TC (I/32306/2014):**

Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “SINOP – Sociedade de Infraestruturas e Obras Públicas António Moreira dos Santos, S.A.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º 06 no valor de €95.871,94 (noventa e cinco mil oitocentos e setenta e um euros e noventa e quatro cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento. =====

===== **EMPREITADA DE “CENTRO ESCOLAR DE UL” – DIRETOR DE OBRA (I/32035/2014):**

Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/31385/2014, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho a aprovação do técnico, Eng.º Duarte Nuno Nogueira Duarte, indicado pelo empreiteiro adjudicatário para diretor de obra da empreitada "Centro Escolar de Ul" - Processo nº 014/2011/DME.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA DE “CENTRO ESCOLAR DE UL” – AUTO N.º 01 TC (I/32237/2014)**: *Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “Pascoal & Veneza, Lda.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º 01 no valor de €6.138,69 (seis mil cento e trinta e oito euros e sessenta e nove cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento.* =====

===== **CONTRATAÇÃO PÚBLICA** =====

===== **DECISÃO DE CONTRATAR E AUTORIZAÇÃO DE DESPESA – AJUSTE DIRETO REGIME GERAL – PROC. 29/14: “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – PRODUÇÃO DE LIVRO DO PARQUE DE LA SALETTE” – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/31920/2014)**: *A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente, datado de 10 de abril de 2014, o qual se passa a transcrever: “No âmbito da minha competência própria, nos termos da alínea a), do número 1, do artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e ao abrigo do disposto no artigo 36.º, conjugado com os artigos 114.º a 127.º, do Código dos Contratos Públicos (C.C.P.): Considerando: - Que, nos termos do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013 (LOE 2014), de 31 de dezembro, carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que, tendo por base a RQI n.º 386 (I/24005/2014), se torna necessário proceder à contratação de serviços de produção de livro sobre a história do Parque de La Salette, onde se concentrem todas as informações e atores relevantes na sociedade que contribuíram para a sua evolução, sendo, esta produção, considerada um registo histórico físico e que será utilizada para enriquecimento do espólio de Oliveira de Azeméis. A referida produção de livro encontra-se inserida na candidatura ON.2 – o Novo Norte (Requalificação do Parque de La Salette). - Que foi desenvolvido um procedimento na modalidade de ajuste direto em regime simplificado, não tendo, no entanto, sido rececionadas propostas dentro dos limites definidos para o procedimento adotado, pelo que se torna necessário proceder à abertura de novo procedimento na modalidade de ajuste direto em regime geral; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação n.º I/628/2014, referente ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos cumulativos na sua totalidade, designadamente no que respeita ao valor do contrato (que ultrapassa os € 5.000,00 S/ IVA) e ao objeto (não se encontra previsto) pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - Que à natureza e ao objeto da aquisição de serviços se verifica a inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, conforme informação prestada pelo INA (E/10671/2014); - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a*

celebração do referido contrato é de € 6.350,00 (seis mil, trezentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; - Que, nos termos do estatuído no artigo 73.º, da LOE 2014, o procedimento está sujeito à aplicação de redução remuneratória no valor de 12%, passando o preço base do procedimento apresentado (€ 6.350,00) a ser de € 5.588,00 (cinco mil, quinhentos e oitenta e oito euros). Aos valores mencionados acresce IVA à taxa legal em vigor; - Que o referido valor (€ 5.588,00 + IVA) encontra-se cabimentado na rubrica 02021701, pela Proposta de Cabimento n.º 674; - Que a realização da próxima reunião de câmara é no dia 17 de abril de 2014; - Que, tendo por base o exposto, e atendendo à calendarização da candidatura do Parque de La Salette que engloba a presente prestação de serviços, torna-se imprescindível proceder ao desenvolvimento imediato de procedimento adequado para fazer face às necessidades, devendo este despacho ser remetido para ratificação pelo Órgão Executivo, do ato por mim praticado nos termos do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Concordo com o proposto na “Informação de Início de Procedimento” (I/31916/2014). Determino que se proceda à contratação da necessidade apresentada na RQI n.º 386, por ajuste direto em regime geral, tendo em conta o valor da despesa estimada já referido, em respeito pelo estabelecido na alínea a), do número 1, do artigo 20.º, do C.C.P. e, por não se justificar o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, economia e eficiência. Autorizo a respetiva despesa conforme Proposta de Cabimento n.º 674 e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 855. Determino que se proceda ao convite, conforme indicação do Serviço Requisitante, para apresentação de proposta ao seguinte prestador de serviços: RAINHO & NEVES, LDA. Delego a minha competência para a realização de todas as formalidades procedimentais conducentes à realização desta despesa, na Técnica Superior, Dr.ª Susana Cruz, em respeito pelo estipulado no artigo 109.º, do CCP, com exceção, de acordo com o previsto no número 2, do artigo 69.º, da competência para a adjudicação. A proposta deverá ser analisada pelos elementos dos serviços abaixo mencionados, podendo os mesmos convidar o prestador de serviço a melhorar a sua proposta: 1.º Elemento – Técnica Superior, Dra. Susana Cristina Rocha Cruz; 2.º Elemento – Técnico Superior, Dra. Catarina Ribeiro Soares dos Reis; 3.º Elemento – Membro do Gabinete de Apoio à Presidência, Paulo Sérgio Henriques Oliveira; 1.ª Suplente – Técnica Superior, Dra. Elsa Susana da Costa Félix; 2.ª Suplente – Técnica Superior, Dra. Célia Maria Silva Oliveira; 3.ª Suplente – Assistente Técnica, Sandra Raquel Gonçalves Fernandes.” =====

===== **EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO FAVORÁVEL PARA DIVERSAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS (I/32933/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1 - Nos termos do n.º 4 e 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2014- LOE 2014), carecem de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços; 2 - Nos termos do n.º 5, do artigo 73.º da LOE 2014, o parecer prévio vinculativo depende de: a)

Verificação do disposto no n.º 4, do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e respetivas alterações, e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes às contratações em causa. Nestes termos, e conforme previsto na Portaria 48/2014 as aquisições de serviços, lista anexa ao livro de atas, foram submetidas à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) que declarou não existir pessoal em situação de requalificação apto à satisfação das respetivas necessidades. b) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente; c) Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 73.º da LOE 2014; d) Que se tratam da execução de trabalhos não subordinados, para os quais se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; 3 - Neste contexto, os competentes serviços municipais reuniram a informação relativa às aquisições de serviços, organizada na referida lista que ficará anexa ao livro de atas, que não se encontram abrangidas na Deliberação de 09/01/2014 (I/628/2014), relativa ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos, designadamente no que respeita aos valores dos contratos, objetos e/ou prazos de execução dos serviços, pelo que necessitam da respetiva autorização/parecer prévio favorável, tendo sido verificados e devidamente justificados os requisitos enunciados no ponto 2. Submete-se ao Órgão Executivo a emissão de parecer prévio vinculativo favorável para efeitos do disposto nos n.ºs 4 e 11, do artigo 73.º da LOE 2014, relativamente aos contratos de prestação/aquisição de serviços constantes da referida listagem, cujos requisitos se encontram verificados e devidamente justificados, com convite à (s) entidade (s) que reúnem os requisitos, habilitações e aptidão técnica para satisfação das necessidades, de acordo com a aprovação do órgão/entidade com competência para autorização da despesa e decisão de contratar.”Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====*

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 11h e 15m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====*